

GESTÃO UNIVERSITÁRIA: REFLEXÕES SOBRE O MERCADO COMO CENTRALIDADE DO PROCESSO EDUCACIONAL

Maria Edilene da Silva Ribeiro

UFPA/Brasil

mariaedileneribeiro@yahoo.com.br

Vera Lúcia Jacob Chaves

UFPA/Brasil

vjacob@uol.com.br

Resumo: Apresentamos uma reflexão sobre a Reforma do Estado e sua influência na adoção de novo modelo de gestão universitária. Inicialmente, enfatizamos o perfil que o Estado vem assumindo, no sentido de respaldar o mercado como ponto central de desenvolvimento do capital que atinge também o setor educacional. Em seguida, abordamos as políticas estabelecidas para a educação brasileira, principalmente no aspecto referente a gestão da educação superior estabelecendo relações com a reforma gerencial do Estado. Por fim, enfatizamos como o paradigma gerencialista vem sendo adotado na gestão universitária.

Palavras-chave: neoliberalismo; universidade; gestão.

1. INTRODUÇÃO

A ideologia neoliberal vem se difundindo no sistema educacional brasileiro, principalmente, a partir dos anos de 1990, concebendo a educação de forma geral e, a educação superior, em particular, como um instrumento para fornecer os conhecimentos e a formação de profissionais necessária ao processo produtivo. Essa formação técnica e operacional gera valores legitimadores dos interesses mercadológicos. É utilizada como uma “ferramenta” colaboradora para acumulação do capital e para estabelecer o consenso em torno da reprodução do sistema de classes. Deste modo, a educação além de ser utilizada como uma “ferramenta” a serviço da disseminação do ideário da classe dominante passa a ser considerada mercadoria, dado o crescente processo de privatização, principalmente, na educação superior.

Esse trabalho é resultado de parte da pesquisa que realizamos no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior da Universidade Federal do Pará e tem por finalidade apresentar uma reflexão teórica sobre a temática “gestão universitária”. As questões que direcionaram o estudo foram: Quais os fundamentos da adoção do modelo de gestão gerencial na Universidade pública brasileira e que tipo de educação preconiza? Que possíveis relações podem ser estabelecidas entre esse modelo de gestão e a ideologia do mercado como centralidade no processo educacional?

No desenvolvimento do texto, procuramos dialogar com autores como Brunhoff, Friedman, Neves, Sguissardi, Mancebo, Silva e Oliveira, dentre outros, com o objetivo de buscarmos subsídios teóricos sobre a Reforma do Estado capitalista e suas manifestações nas políticas educacionais, com destaque para a gestão universitária.

Para melhor entendimento, estruturamos o texto em duas partes. No primeiro momento, enfatizamos a configuração que o Estado capitalista vem assumindo para respaldar o mercado como centralidade de desenvolvimento do capital que atinge também o setor educacional. No segundo momento, discorremos sobre as políticas para a educação brasileira, de modo especial para a gestão da educação superior estabelecendo relações com a reforma gerencial do Estado e a concepção mercantil da educação. E, finalizando, apresentamos nossas considerações.

2. O MERCADO COMO CENTRALIDADE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

As Instituições de Educação Superior - IES encontram-se inseridas no processo de desenvolvimento da sociedade, cujo modelo de produção é capitalista, no qual o mercado assume centralidade em escala mundial e busca se auto-direcionar para salvaguardar os interesses financeiros dos grupos hegemônicos, defensores da globalizaçãoⁱ da economia, bem como da mercadorização da educação escolar.

Brunhoff (1991) afirma que esse alargamento do mercado em escala mundial corresponde à lógica capitalista que visa a “eficiência econômica” para produzir o máximo de lucro. Nesta perspectiva, o mercado como centralidade, é quem define os preços das mercadorias e efetua os ajustes de oferta e demanda. Além do que, busca cada vez mais lançar suas regulações, cabendo ao Estado permitir-lhe isso.

Para Marx (2008) a acumulação do capital alimenta-se do lucro advindo com a comercialização de mercadorias, considerada como a forma elementar da riqueza da produção capitalista. Para o autor:

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 2008, p. 57).

Ao refletirmos sobre o enunciado de Marx percebemos que nos tempos atuais a lógica mercadológica “de compra e venda” de produtos ultrapassa o setor econômico e adentra o setor social, transformando os serviços sociais públicos em objetos de consumo, sob respaldo

do Estado, que vem se reconfigurando na tentativa de encontrar saídas para as crises geradas pelo próprio sistema capitalista.

De acordo com Brunhoff (1991) as crises expõem as fragilidades das características do liberalismo de mercado, fundamentada na Lei de Say, que tem como um dos seus princípios “a oferta cria sua própria demanda”. Segundo a autora Say acreditava que “os proventos monetários distribuídos quando da produção de mercadorias, durante determinado período, são suficientes para comprar essas mercadorias vendidas a preços estáveis” (BRUNHOFF, 1991, p. 23). Desta forma, para esse economista francês do início do século XIX, não ocorreria superprodução geral e crise, mas somente flutuações de curta duração compensadas naturalmente por si mesmas, mas que em seguida encontraria novamente o equilíbrio.

A autora enfatiza que, no entanto, o sistema capitalista ao longo de sua história vem gerando várias crises e para possíveis saídas dessas, o Estado é reformado e passa a assumi-la como se fosse sua própria crise. Isso indica que o Estado coloca-se a serviço do capital na busca da eficiência econômica.

Nas décadas recentes, principalmente a partir dos anos de 1980, a concepção neoliberal, que tem suas origens no liberalismo clássico, tem dominado a sociedade capitalista e preconiza a liberdade individual e a propriedade privada, e ainda, defende a não intervenção do Estado nas leis de mercado. Sob esse prisma o Estado se abstém de qualquer medida de controle na economia, não intervindo e liberalizando o capital. É o retorno à supremacia do mercado em todas as esferas da sociedade capitalista.

Essa lógica ressalta a atuação de um Estado mínimo na gestão e regulação do mercado em nome da liberdade individual de comercialização de produtos a serem consumidos. Nesta perspectiva, no Brasil, a partir dos anos de 1990, o processo de comercialização se fortalece e atinge todos os setores sociais, como a educação, em todos os níveis e modalidades de ensino escolar.

Esse modelo de Estado gestor desenvolve políticas públicas sociais, em especial as educacionais, por meio de instrumentos regulatórios com vistas a exercer o controle total das ações. Assim, o Estado, através do órgão executivo – o Ministério da Educação - define uma série de instrumentos normativos (portarias, resoluções, decretos, etc.) centralizando as decisões referentes a quase todos os setores da educação, tais como nas questões curriculares, no financiamento, na formação de professores, no sistema de avaliação, dentre outras.

A crise do setor educacional passa a ser justificada não por conta dos poucos recursos aplicados na educação, mas como um problema de gestão. A gestão passa a ser utilizada como meio para o controle da eficácia e eficiência das instituições e, por meio da adoção de

contratos de gestão, o governo estabelece metas a serem cumpridas e vinculadas a liberação dos recursos financeiros necessários à sua manutenção. Assim, por meio de instrumentos regulatórios a autonomia das instituições educacionais, em especial das Instituições de Ensino Superior públicas, é reduzida à mera captação de recursos no mercado para manutenção das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. O modelo de gestão gerencial específico da empresa capitalista adentra o universo acadêmico que passa a ser medido pela quantidade de produtos e recursos captados no mercado de editais.

Para Friedman (1998), o mercado busca reduzir sensivelmente o número de questões que devem ser decididas por meios políticos advindos pelas regulações estatais. Para tanto, requer a minimização da atuação do governo na participação direta do “jogo” econômico. Seguindo essa lógica os defensores do neoliberalismo argumentam a favor da

[...] ligação necessária entre capitalismo e liberdade de escolher; a consideração tanto do sistema político quanto do sistema econômico como mercados nos quais se realizam os valores e interesses dos indivíduos; a minimalização do Estado; e uma justificativa ética a favor do individualismo e contra qualquer espécie de ação político-econômica voltada para o coletivo (MELO, 2007, p. 200-201).

Pela assertiva de Melo (2007), a prerrogativa principal de existência do Estado está na não interferência na dinâmica econômica do mercado, ao mesmo tempo, em que o mercado impõe suas regras para os demais setores sociais. Dada essa amplitude do mercado, tudo pode ser comercializado ou estar a serviço do economicismo impregnado na nova ordem mundial difundida pela globalização econômica.

Neste “jogo” mercadológico percebemos que o consumismo, a “liberdade” de escolha, o individualismo sobrevivem como princípios fundamentais das ações políticas e econômicas. Entretanto, acentua-se a divisão social entre pobres e ricos, ou seja, entre os que têm o poder de compra e aqueles que têm apenas a força de trabalho para vendê-la e, assim, contribuir para gerar a mais valia para o capitalista, como enfatiza Marx (2008).

O “novo” liberalismo, defensor da liberdade de mercado, é assumido pelo Estado, após o declínio do Estado de Bem-estar social apresentando adequações exigidas pelo próprio sistema capitalista em seu processo de reprodução. Neste sentido, Melo (2007) ao tecer críticas ao seu conjunto de princípios esclarece que:

O Prefixo “neo-” quer indicar um novo florescimento do liberalismo em termos mais presentes, potentes, realizadores de um objetivo harmonioso, direto, final e espontâneo da própria ordem social. Seria o fim dos conflitos, das contradições, da própria luta de classes e da história. O fim da necessidade de um mundo novo ou de uma utopia, ou mesmo do próprio socialismo (MELO, 2007, p. 191).

Pelo excerto acima, os defensores dessa doutrina difundem a ideologia de que a sociedade capitalista, sob a égide do “novo” liberalismo, apresenta um nível satisfatório de

desenvolvimento, capaz de produzir uma nova ordem social sem conflitos e contradições. E ainda, que o individualismo e a competição são aspectos saudáveis e essenciais ao desenvolvimento do mercado mundial globalizado. Tal doutrina afirma que, esse mercado possibilita a igualdade de oportunidade aos indivíduos de acordo com suas capacidades laborativas e competitivas, pelas quais poderão ser recompensados.

Concordamos com Melo (2007) ao enfatizar que essa adequação é inerente à dinâmica das transformações atuais do capitalismo, sendo assim, centra-se no desenvolvimento do mercado e conseqüentemente dos grupos hegemônicos em torno do grande capital internacional e não em prol das transformações sociais que visem a melhoria de vida das populações locais.

Desta forma, projeto neoliberal, reafirma os princípios do liberalismo como a liberdade individual, a competição, a iniciativa privada, buscando conservar, manter e ampliar as relações sociais capitalistas de produção impregnadas no mundo e em todos os âmbitos da vida social.

E ainda mais “chocante” é detectar que as adequações às novas demandas do capitalismo aprofundam a relação de exploração e dominação entre as classes sociais e os países. Como conseqüência, ocorre a exacerbação da exclusão social de pessoas e povos através do processo que atualmente vem se denominando de globalização do capital.

Na compreensão de Burbules e Torres (2004) o neoliberalismo reforça a dinâmica de competição capitalista em um mercado comum em escala mundial que é progressivamente desregulado, aumentando, assim, o impacto local das tendências globais. Nesta dimensão, os Estados têm suas políticas e agências cada vez mais internacionalizadas e ajustadas aos ritmos da nova ordem mundial globalizada que é excludente para a maioria da população.

Nesse processo de globalização o mercado é cada vez mais estimulado e a livre iniciativa privada avança transpassando os limites transfronteiriços, ampliando-se e ditando as regras que interferem nas decisões das políticas sociais, em especial no setor educacional, exigindo eficiência, eficácia e efetividade em todos os seus aspectos, inclusive na gestão. Como enfatiza Pires (2005, p.40), “discute-se a eficiência, eficácia e efetividade das políticas governamentais, das decisões individuais, da gestão dos aparelhos etc., procurando avaliar sua contribuição para a melhoria da situação econômica dos indivíduos, grupos sociais e nações.”

A educação escolar nesta perspectiva é concebida como mecanismo ilusório de ascensão social e de crescimento econômico das sociedades capitalistas, pautando-se como elemento primordial na efetivação das políticas economicistas de forma eficaz e produtivista, contribuindo para a não valorização do desenvolvimento social, mas na reprodução da lógica

empresarial. Neste sentido, contribui na formação de capital humano em prol do fortalecimento do mercado que exige mão-de-obra qualificada para atender suas demandas.

Assim a educação é concebida como bem privado ou mercadoria e não como um direito público subjetivo. Essa concepção corresponde aos princípios do neoliberalismo aplicados ao setor educacional ao propagar que as mesmas leis aplicadas à economia devem estar presentes também na educação para alcançar os objetivos do mercado como afirma Souza (2008).

A implementação dessa lógica economicista e a conseqüente redefinição ou adequação das finalidades educacionais às demandas particulares do avanço do capital representam uma limitação da dimensão formadora e universalizadora da educação, a diminuição de sua dimensão epistemológica em prol de uma dimensão técnico-pragmática. A “equalização social” torna-se irrealizável se a promoção dos interesses e necessidades populares e das camadas trabalhadoras for subordinada às regras do livre-mercado (SOUZA, 2008, p.95).

Nessa perspectiva economicista a política educacional concebe a gestão, especificamente das universidades, segundo a lógica gerencial, específica das empresas privadas capitalistas, cujo serviço deve adequar-se às exigências do mercado que requer do processo de formação maior qualificação técnico-pragmática, como as concebidas pelas empresas. Assim, a formação de capital humano, difundidas nas últimas décadas, corrobora para que o processo educacional seja um investimento que fornecerá como conseqüência a geração de capital.

De acordo com Neves (2007) o ideário de educação pautada na teoria neoliberal atende aos interesses dos grupos hegemônicos do capital, que através dos organismos internacionais como o Banco Mundial- BM, o Fundo Monetário Internacional – FMI, Organização Mundial do Comércio- OMC, formulam e incentivam técnica e financeiramente as diretrizes da educação escolar em todos os níveis e modalidades de ensino, objetivando a difusão e sedimentação da cultura empresarial, entre as atuais e futuras gerações “[...] o que significa conformá-las técnica e eticamente às mudanças qualitativas ocorridas em nível mundial nas relações sociais de produção capitalista” (NEVES, 2007, p. 212).

Para os organismos internacionais, de acordo com Neves (2007) a educação brasileira tem como finalidades principais:

[...] contribuir para aumentar a produtividade e competitividade empresariais, em especial dos setores monopolistas da economia, principais difusores, em âmbito nacional, do novo paradigma produtivo e, concomitantemente, conformar a força de trabalho potencial e/ou efetiva à sociabilidade neoliberal (NEVES, 2007, p.212).

As instituições financeiras internacionais, pelo enunciado da autora, operam de forma articulada no contexto da globalização econômica para o aprofundamento e a implementação

de políticas que favoreçam a reprodução do capital internacional, impondo condicionalidades financeiras e políticas atreladas aos interesses dos países mais fortes economicamente.

Seguindo essa lógica os países da periferia do capital, como o Brasil, operacionalizam reformas no aparelho do Estado que segundo Bresser-Pereira (1997), incide, especialmente, sobre a reforma administrativa, consequentemente, afetando todas as políticas sociais, em especial as referentes à educação superior. No contexto dessas reformas a gestão universitária assume papel de destaque. Discorreremos a seguir sobre o modelo de gestão defendido no cenário de reformas neoliberais.

3. A LÓGICA DA GESTÃO GERENCIALISTA

No cenário de reformas no aparelho do Estado brasileiro, a educação superior é um importante setor que precisa ser reestruturado com vista a se adequar aos interesses do capital. Para tanto, torna-se necessário a reconfiguração das esferas público e privado, a redução dos recursos financeiros, a implantação de avaliações regulatórias e a adoção da concepção de gestão gerencialista, dentre outras políticas.

Visualizamos que não somente o modelo de gestão, mas todo o paradigma educacional passa a ser orientado pela racionalidade do capital, subordinando-se à lógica economicista. Sguissardi (2004) afirma que, desta forma, se acentua o processo de mercantilização da educação superior que transforma a educação em um bem comercializável.

Nesse sentido, a importância atribuída às instituições de ensino superior públicas é reduzida e, como consequência ocorre uma expressiva ampliação dos espaços de atuação das instituições de ensino superior privadas, uma vez que, a oferta dos serviços educacionais torna-se um aspecto importante para o desenvolvimento do mercado, pois é propício à busca e aquisição de lucro.

Sguissardi (2004) enfatiza, ainda, que as regulações do Estado neoliberal para a educação superior alteram a concepção de universidade pública. Ao definir sua forma de organização e suas condições de funcionamento seguindo a lógica de organização empresarial as lança num ranque competitivo em nível nacional e internacional, cujo produto (formação) é um objeto de consumo. E para apresentarem seu produto de acordo com as exigências economicistas a função social das instituições é redefinida de tal forma que requer a implementação de uma gestão compatível com o ideário advindo da estrutura organizacional das empresas que é o gerencial.

Essa concepção de gestão na educação superior se manifesta na função, missão e finalidades institucionais. De acordo com Mancebo (1998) a concepção de gestão advinda

com a Reforma do Estado é a gerencialista, portanto, direcionada pela eficiência, eficácia e produtividade. A flexibilização passa a ser central em todos os âmbitos como no setor financeiro, administrativo, pedagógico sem perder de vista que a avaliação pauta-se nos resultados que são medidos pela quantidade de produtos (recursos) adquiridos no mercado.

Essa incidência sobre a gestão vem fortalecendo os aspectos economicistas por meio do paradigma do gerencialismo empresarial: eficiência, eficácia, produtividade que se centra nos meios operacionais para alcançar os objetivos estabelecidos pelas políticas externas. Neste sentido, conta-se também com as políticas avaliativas que, segundo Mancebo (1998), são apresentadas como um dispositivo central para a medição e o alcance dos resultados projetados para as universidades.

Em meio a essa grave problemática a concepção não somente de gestão, mas de universidade, no seu conjunto, é alterada, pois tende a ser transformada numa organização social que, de acordo com Chauí (2003), é definida na sua prática social pela sua instrumentalidade.

Trata-se de operacionalidades de estratégias eficazes e eficientes para alcançar os objetivos definidos. Sua essência recai na *administração gerencial* que se faz presente na concepção de *gestão gerencial*: planejamento e controle avaliativo para alcançar êxito (CHAUÍ, 2003, p. 24 – grifos nossos).

Vê-se presente a lógica economicista que impregnadas nas reformas universitárias, manifesta-se nos contratos de gestão e nas avaliações centradas nos índices de produtividade. A gestão e avaliação são centralidades nas medidas da Reforma gerencial do Estado brasileiro, uma vez que “toda reforma do Estado implica em reforma institucional, que provoca mudanças substantivas na estrutura legal, organizacional, e nas políticas públicas” (BRESSER PEREIRA, 2000, p. 05). Essas reformas na educação justificam-se para os neoliberais sob alegações dos déficits educacionais que, na ótica desses, seriam decorrentes dos problemas de má gestão, daí a necessidade do estabelecimento de contratos de gestão.

O Plano Diretor da Reforma do Estado - PDRE (1995) anuncia que os “contratos de gestão” são instrumentos que firmam um compromisso administrativo entre o poder executivo e os dirigentes das instituições de direito público como autarquias, fundações e de empresas estatais. Sobre o contrato de gestão incidem avaliações regulatórias marcadas pela produtividade, eficiência e eficácia. Esses aspectos se tornam presentes na concretização do modelo gerencialista de gestão universitária.

Esse modelo está articulado à concepção de universidade heterônoma, neoprofissional e competitiva, cujos, determinadores são externos (Estado e mercado). Ao ser intensificado altera, sobretudo, a universidade pública na sua essência acadêmica, como, nas finalidades

institucionais que articulam o ensino, a pesquisa e a extensão, que perpassam pela estrutura administrativa, didática e pedagógica, além dos demais aspectos que são feridos pela ausência de autonomia universitária.

A gestão como um dos pilares da reforma é promotora de uma pseudo autonomia organizacional, financeira, administrativa e pedagógica. Embora a Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN 9.394/96 anunciem que as instituições universitárias deverão gozar de autonomia, voltada para a preservação do princípio fundante da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, observa-se que as determinações são externas e revestidas da lógica economicista.

Essa interferência externa está presente nos documentos regulatórios, de abrangência internacional. Dentre essas regulações destaca-se as consensuadas nos acordos internacionais como o Consenso de Washington de 1989, que apresentou um plano de ajuste estrutural, de estabilização e de reformas no modelo de gestão das instituições públicas, que perpassam também pelo financiamento e avaliação.

Em 1994, o Banco Mundial definiu diretrizes para a educação superior por meio do documento *“La enseñanza superior: Las lecciones derivadas de la experiencia.”* Nesse documento, destaca a diferenciação entre as instituições, respalda as instituições privadas, incentiva a diversificação das fontes de financiamento, dentre outros.

Em 1998, a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, realizada em Paris, ressaltou que a gestão e o financiamento devem ser afinados às estratégias de planejamento e análises de políticas. Recomenda parcerias entre as instituições e organismos nacionais e internacionais como garantia de gestão e uso de recursos racionalizados.

Essas diretrizes incidem sobre a reconfiguração da educação superior brasileira que vem, paulatinamente, alterando a natureza das instituições, por meio da adoção de uma série de normas legais, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998/1999-2002) até o presente momento no governo Lula da Silva (2003-2006/2007-2010). Dentre essas medidas, destacamos Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas Federais – REUNI, instituído pelo Decreto 6.096/2007, que estabelece alterações substanciais na organização (em todos os âmbitos) das universidades federais, incidindo diretamente no modelo de gestão dessas instituições ⁱⁱ.

De acordo com o Ministério da Educação (2004), a Reforma da Educação Superior deve primar por uma profunda reflexão acerca da missão das Instituições de Educação Superior, de modo a explicitar vínculos e compromissos com valores caros à sociedade brasileira e essenciais à superação dos desafios que a nação estabeleceu (MEC, 2004).

Essas políticas que perpassam pela redefinição da gestão universitária, de acordo com Silva (2006) favorecem não as culturas dos Estados nacionais, mas as empresas e bancos detentores do capital internacional, assim como o consumo de produtos importados, a utilização das tecnologias de ponta que inserem os países em desenvolvimento no processo de globalização. Nesses moldes a universidade torna-se “serva do capital e seus mercados” como afirma a autora.

Enfim, notamos que com as reformas universitárias em curso no Brasil, o modelo de instituição universitária vem sofrendo um processo de transformação manifestada na:

[...] modernização e modelação organizacional, especialmente por meio do *enxugamento* da estrutura acadêmica e implantação de sistemas gerenciais (apuração de custos, alocação de vagas, controle acadêmico etc.), que objetivam ampliar a eficiência na gestão e estimular a produtividade (OLIVEIRA, 2004, p. 102).

Essa transformação gera graves problemas, pois vem ocorrendo um descomprometimento com a formação dos sujeitos acarretando num perfil de formação para a não criticidade, mas, sobretudo, para o adestramento e preparação de pessoas para o mercado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações em nível internacional atingem a educação superior brasileira sob argumentos de modernização para acompanhar e contribuir para os “avanços” que o mundo globalizado vem demandando, seja no aspecto econômico, cultural ou social. Essas demandas são respaldadas pelo Estado que articula a educação ao economicismo impregnado pela lógica de mercado.

A gestão universitária é um dos âmbitos da organização acadêmica que tende a acompanhar a lógica “modernizadora” adequando-se ao modelo empresarial. Nisto, observa-se que a instituição aproxima-se do “chão” da fábrica cujo produto final interessa ao mercado. Entretanto, concordamos com Oliveira (2004) ao dizer que as demandas internacionais provocam situações problemáticas para a formação dos sujeitos e desenvolvimento social, ao visarem como ponto culminante do processo, a preparação de trabalhadores para o mercado competitivo e individualista.

Reafirmamos que uma das políticas difundidas pelo Estado neoliberal, colaboradoras para a concretização dessa realidade é a de gestão, que sob paradigma gerencialista, manifesta-se por meio de contratos consensuados entre dirigentes e governo central, não corroborando para que haja uma maior participação dos sujeitos acadêmicos nos processos de

decisão internos à instituição, embora se propague nos documentos oficiais a importância da autonomia e participação democrática.

O estudo feito, a partir da visão crítica dos autores e dos documentos citados neste texto, demonstra que o modelo de gestão gerencial adotado nas IES públicas é fundamentado na ideologia neoliberal defendida pelos “donos do capital” que, por meio de medidas regulatórias induz as instituições, especificamente as universidades públicas, a se transformarem em organizações sociais (Chauí, 2003).

Como resultado desse processo, consagra-se a idéia da universidade “moderna e produtiva”, uma vez que passa a ser essencialmente “prestadora de serviços”, por meio do sistema de cooperação entre a universidade e a sociedade civil, desresponsabilizando o poder público de parte de seu custeio. O “melhor” gestor passa a ser aquele capaz de servir ao sistema e estabelecer “contratos” com vistas a captar recursos no mercado de serviços.

É importante observar, entretanto, que todo esse conjunto de mudanças que está se processando no interior da universidade pública tem provocado situações de resistência. Essas resistências têm se configurado num movimento contrário às imposições e determinações externas à instituição e a defesa do modelo de gestão democrática e participativa que de direito e de fato possa promover maior autonomia institucional.

Notas:

ⁱ A Globalização e os mercados livres tornaram-se as grandes referências das sociedades capitalistas no mundo contemporâneo. O econômico passou a dominar o social, ou seja, a defesa do estabelecimento de uma economia saudável justifica a necessidade de eliminação dos direitos sociais e o apelo à responsabilidade individual e à austeridade fiscal dos governos. Chesnais (1996) utiliza a expressão “mundialização do capital” e esclarece que essa forma de reorganização da sociedade capitalista submete todas as formas de relações sociais à lógica da especulação financeira e da mercantilização da natureza, da vida e de tudo que ela produz.

ⁱⁱ De acordo com Chaves e Mendes (2009) com a criação do REUNI o governo implementa a Reforma do Estado preconizada por Bresser Pereira introduzindo “um novo modelo de organização e gestão nas universidades públicas, fundamentado no paradigma gerencialista de administração via contratos de gestão, com vistas a ajustar essas instituições à lógica produtivista de privatização e mercantilização de bens e serviços acadêmicos” (p.65).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUNHOFF, Suzanne de. **A hora do mercado: crítica do liberalismo**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BRESSER PEREIRA, LUIZ CARLOS. **A reforma gerencial do Estado de 1995**. Disponível em: www.bresserpereira.org.br. Acessado em: 02/05/09.

BURBULES, Nicholas C. e TORRES, Carlos Alberto. Globalização e Educação: Uma introdução. In: BURBULES, Nicholas C. e TORRES, Carlos Alberto (orgs.). **Globalização e Educação: Perspectivas críticas**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

BARROSO, João. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: Las lecciones derivadas de la experiencia. 1995.

BRASIL. MARE. **Plano Diretor da Reforma do Estado- PDRE**. 1995

_____. MEC. **Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI.

_____. MEC. **Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior**. Documento II “Reforma da Educação Superior”. Brasília: MEC, 2004.

_____. MEC. **Lei 9.394/96**. Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. MEC. **Lei 10.861/04**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior- SINAES. Brasília: MEC, 2004.

_____. MEC. **Medida Provisória nº. 213/04**. Institui o Programa Universidade para Todos- PROUNI. Brasília: MEC, 2004.

_____. MEC. **Projeto de Lei nº. 3.476/04**. Dispõe sobre incentivos à Inovação e à pesquisa Científica e Tecnológica. Brasília: MEC, 2004.

_____. MEC. **Decreto nº. 5.205 de 14/09/04**. Regulamenta as Fundações de Apoio. Brasília: MEC, 2004.

CATANI, Alfrânio M., OLIVEIRA, J. F. & DOURADO, Luiz F. As políticas de gestão e avaliação acadêmica no contexto da reforma da educação superior. In: MANCEBO, D. & FÁVERO, Maria de Lourdes A. (Orgs.). **Universidade: Políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista brasileira de Educação. Nº 24. ano 2003.

CHAVES, Vera L. J.; MENDES, Odete C. **REUNI: o contrato de gestão na Reforma da Educação Superior pública**. In: CHAVES, Vera L.J; CABRAL NETO, Antonio; NASCIMENTO, Ilma V. (Orgs.) Políticas para a educação superior no Brasil: velhos temas e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2009.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, Coleção os Economistas, 1982.

MELO, Adriana Almeida Sales de. O Projeto neoliberal de sociedade e de educação: um aprofundamento do liberalismo. In: LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luís (orgs). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas-SP: Autores Associados, Histedbr, 2007. (Coleção educação contemporânea).

MANCEBO, Deise. **Autonomia universitária: reformas propostas e resistência cultural**. In: Universidade e Sociedade. Brasília, v. 8, n. 15, 1998, pp.51-59.

MARX, Kal. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Traduzido por Reginaldo Sant'Anna. Volume I.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Brasil Século XXI. Propostas educacionais em disputa. In: LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luís (orgs). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas-SP: Autores Associados, Histedbr, 2007. (Coleção educação contemporânea).

OLIVEIRA, João F. **A reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das universidades federais**: O Caso da Universidade Federal De Goiás (UFG). Disponível em: www.anped.org.br, acessado em: 20.05.2009.

PIRES, V. **Economia da Educação**. Para além do capital humano. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

SGUISSARDI, Valdemar. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: MANCEBO, D. & FÁVERO, Maria de Lourdes A. (orgs.). **Universidade**: Políticas, avaliação e trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Antonio Lisboa Leitão de. Estado e educação pública: tendências administrativas e de gestão. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade e ROSAR, Maria de Fátima Felix (orgs.). **Política e gestão da educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SILVA, Maria Abadia. Gestão da Educação Superior Pública. In: SILVA, Maria Abadia & SILVA, Ronalda Barreto (orgs). **A idéia de universidade**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.